

ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
CC (IM) CLARISSA NASCIMENTO GARCIA NETO

OS SUBMARINOS DE PROPULSÃO NUCLEAR E A ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DAS  
LINHAS DE COMUNICAÇÃO MARÍTIMAS PELA CHINA (2000-2023):  
uma análise à luz do pensamento de Julian S. Corbett

Rio de Janeiro

2023

CC (IM) CLARISSA NASCIMENTO GARCIA NETO

OS SUBMARINOS DE PROPULSÃO NUCLEAR E A ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DAS  
LINHAS DE COMUNICAÇÃO MARÍTIMAS PELA CHINA (2000-2023):  
uma análise à luz do pensamento de Julian S. Corbett

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG(RM1) Alexandre Fontoura de Oliveira

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2023

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR**

**(LOCAL DA CHANCELA)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela dádiva da vida e por todas as graças que me concedeu, permitindo que eu chegasse até aqui com saúde.

Ao meu esposo Alan, cuja fortaleza e carinho sempre me tranquilizaram, ao longo dos nossos quase 10 anos de convivência. Obrigada por estar sempre ao meu lado em todos os momentos de dificuldades, pela ajuda e paciência. Sem você, eu não teria conseguido. Essa conquista é nossa.

Aos meus pais, Antônio Carlos (*in memoriam*) e Lucia, pela abnegação com que sempre trataram a minha educação. Por tudo que fizeram para que eu acreditasse que a vitória dependia única e exclusivamente do meu esforço pessoal. Minha eterna gratidão. E aos meus sogros Ardenildo e Josefa, o meu muito obrigada pelo apoio que têm me dado ao longo da minha carreira.

À Marinha do Brasil e à Escola de Guerra Naval e a todo o seu corpo docente, pelo profissionalismo que empreenderam na nossa formação. Em particular, ao CMG (RM-1) Alexandre Fontoura de Oliveira, pela presteza e disponibilidade com que conduziu a orientação do meu trabalho e ao CF (RM1) Nagashima, pela motivação ao ministrar as aulas de metodologia e a incansável dedicação aos Oficiais-Alunos.

Aos meus amigos da turma C-EMOS 2023, pelo apoio e carinho. Especial agradecimento aos amigos CC (IM) Eduardo Ferreira, CC (IM) M. Cardoso, CC (IM) Cibele e CC(IM) Elaine, pela ajuda que em muito contribuiu para o resultado alcançado.

À professora Jéssica Gonzaga, que ajudou-me durante a preparação para o concurso do CEMOS e brindou-me com inúmeras dicas para a monografia. Muito obrigada.

*“Todas as flores do futuro estão nas sementes de hoje”.*

(Provérbio Chinês)

## RESUMO

O objetivo desse estudo é confrontar os Princípios de Estratégia Marítima de Julian Stafford Corbett (1854-1922), especificamente no que concerne à proteção das Linhas de Comunicação Marítimas e os meios empregados para tal, com a estratégia de proteção dessas rotas pela China, levando-se em conta a perspectiva de uso dos submarinos de propulsão nuclear no cumprimento desse intuito. A partir da metodologia de confronto entre a teoria e a realidade, reuniu-se um conjunto de fontes oficiais do governo chinês a fim de ser cotejada mediante apoio da bibliografia referente ao tema. A pesquisa foi fundamentada sob a seguinte problemática: Considerando a relevância estratégica das comunicações marítimas para Pequim, a teoria de Corbett pode ajudar na compreensão de como esse Estado opera com seus submarinos de propulsão nuclear a fim de garanti-las? Desse modo, os resultados alcançados foram a inteligência da ideia de Comando do Mar de Corbett e a importância da proteção do fluxo que atravessa rotas marítimas, urgindo sua proteção por meio da utilização dos meios navais; a indissociável relação entre a estratégia marítima chinesa e a salvaguarda das Linhas de Comunicação Marítimas; e a constatação do emprego por Pequim dos submarinos de propulsão nuclear em tal intento, contribuindo inclusive para sua projeção de poder internacional. O estudo evidenciou que, a visão estratégica chinesa atual de proteção de suas Linhas de Comunicação Marítimas, bem como o emprego dos submarinos de propulsão nuclear em tal empreitada, guarda aderência com a teoria deste renomado autor. Sendo assim, a pesquisa corrobora com subsídios para o conhecimento de um tema relevante na atualidade, principalmente para os países que necessitam do desenvolvimento do seu poder marítimo para seu fortalecimento e consolidação.

**Palavras-chave:** China. Estratégia. Julian Stafford Corbett. Linhas de Comunicação Marítimas. Cruzadores. Submarinos de propulsão nuclear.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD -	<i>Anti-Access/Area Denial</i>
AED -	Ação Estratégica de Defesa
C3 -	Comando, Controle e Comunicações
ELF -	<i>Extremely Low-Frequency</i>
EUA -	Estados Unidos da América
GLP -	Gás Liquefeito de Petróleo
GNL -	Gás Natural Liquefeito
LCM -	Linhas de Comunicação Marítimas
LSCI -	<i>Liner Shipping Connectivity Index</i>
PCC -	Partido Comunista Chinês
PLAN -	<i>People's Liberation Army Navy</i>
RPC -	República Popular da China
SNA -	Submarino Nuclear de Ataque
SN-BR -	Submarino Nuclear Brasileiro
SSBN -	<i>Ship Submersible Ballistic Nuclear (Nuclear Ballistic Missile Submarine)</i>
TO -	Teatro de Operações
UNCTAD -	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS: ANÁLISE DO PACÍFICO ASIÁTICO E DA CHINA</b>	<b>10</b>
<b>3 O PENSAMENTO ESTRATÉGICO DE CORBETT.....</b>	<b>15</b>
<b>4 A VISÃO ESTRATÉGICA CHINESA .....</b>	<b>21</b>
<b>5 OS SUBMARINOS DE PROPULSÃO NUCLEAR .....</b>	<b>26</b>
<b>6 A ESTRATÉGIA E OS MEIOS: A CHINA E O PENSAMENTO DE CORBETT .....</b>	<b>32</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A maior parte da superfície da Terra (70%) é ocupada pelos oceanos. Os mares desempenham importante papel como vias pelas quais flui o comércio marítimo internacional, de que os países ao redor do mundo, dentre eles os sediados no Pacífico Asiático, dependem economicamente, sendo a navegação contínua imprescindível para sua sobrevivência e prosperidade (GUOXING, 2000).

A República Popular da China (RPC) desponta nesta região, e conta com uma população estimada de 1,4 bilhões de pessoas em 2023 (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2023), sendo a segunda economia do globo em termos de Produto Interno Bruto (PIB)<sup>1</sup>, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA). Seu comércio exterior é extremamente relevante, e um dos sustentáculos do seu crescimento econômico (*Ibidem*), com importações e exportações de mercadorias que somaram, respectivamente, US\$ 1,9 e US\$ 2,5 trilhões em 2019 (WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS, 2020a).

Devido ao peso de seu intercâmbio, o mar ascende como o *locus* de interesse para esse país, principalmente no que tange às rotas por onde atravessa o tráfego mercante, urgindo sua proteção contra possíveis ameaças. Sendo uma aspirante a superpotência, sua percepção de risco tem levado à ampliação de suas despesas<sup>2</sup> e capacidades militares (OLIVEIRA, 2021).

Pelo que expomos sinteticamente acima, fica evidente a magnitude da China no cenário internacional, cujas ações devem ser por nós examinadas e acompanhadas atentamente, uma vez que podem influenciar o destino do Brasil e do mundo. É com esse pano de fundo que esta pesquisa se desenvolverá, sendo um passo na direção do conhecimento de qual é o pensamento estratégico desse país, dependente do fluxo comercial que corre por suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), e como ele vislumbra o emprego dos submarinos de propulsão nuclear na salvaguarda dessas rotas.

No entanto, necessitaremos de um norte para a orientação deste estudo, e este guia será o estrategista naval Julian Stafford Corbett (1854-1922), com suas lições e conceitos que ainda continuam atuais neste século, não sendo em vão o fato de que o capítulo que

---

<sup>1</sup> O PIB a preços correntes da China e dos EUA foram, respectivamente, de US\$ 14,7 trilhões (WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS, 2020b) e de US\$ 20,9 trilhões (*Idem*, 2020c) em 2019.

<sup>2</sup> A China empregou cerca de US\$ 45 bi em seu orçamento de defesa no ano de 2001. Já em 2013, esse gasto saltou para US\$ 171 bi e, em 2017, o valor foi para US\$ 290 bi (seis vezes maior que 2001), demonstrando o crescimento contínuo e relevante dos investimentos em armamento militar e defesa (OLIVEIRA, 2021).

discorrerá sobre o pensamento de Corbett ser o terceiro, após somente esta introdução e uma breve contextualização.

Dessa forma, esta dissertação tem como propósito confrontar os Princípios de Estratégia Marítima de Julian Stafford Corbett (1854-1922), especificamente no que concerne à proteção das Linhas de Comunicação Marítimas e os meios empregados para tal, com a estratégia de proteção das LCM pela China, levando-se em conta a perspectiva de uso dos submarinos de propulsão nuclear no cumprimento deste intuito. Destacamos que o horizonte temporal escolhido foi do ano 2000 aos dias atuais, ou seja, até o ano de 2023.

Para alcançarmos esse objetivo, estruturamos nossa pesquisa em sete capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo que se segue, analisaremos a importância das LCM para os países localizados no Pacífico Asiático, em especial a China, reunindo informações que comprovarão a relevância internacional da navegação, construção naval e transportes marítimos dos países dessa região e, a partir desses dados, traremos a definição de LCM, seu vulto, ameaças e as principais rotas, permitindo-nos a compreensão inicial do contexto no qual este estudo está inserido.

No terceiro capítulo, abordaremos o pensamento estratégico de Corbett, especificamente no que diz respeito à proteção das rotas marítimas, abrangendo um breve relato histórico sobre a vida e obra desse autor. Serão esclarecidos alguns aspectos conceituais de interesse para, a seguir, investigarmos o valor das comunicações marítimas para um Estado e sua decorrente necessidade de proteção, bem como os meios a serem utilizados em seu controle.

Nos próximos dois capítulos, a análise se concentrará na China. Estudaremos no quarto capítulo sua visão estratégica atual, incluídas suas estratégias nacional, militar e naval. Discorreremos sobre como esses conceitos se interrelacionam com a necessidade de proteção das LCM, apresentando também desafios enfrentados e operações desenvolvidas. Já no quinto capítulo, compreenderemos o papel dos submarinos para uma esquadra, elencando suas capacidades e possibilidades de emprego, bem como descrevendo o porquê e de que forma a China utiliza seus submarinos de propulsão nuclear na proteção das LCM.

No sexto capítulo, confrontaremos a estratégia chinesa ao pensamento Corbettiano, buscando avaliar a dinâmica entre a teoria e a prática, investigando a conformidade da estratégia chinesa de proteção de suas LCM e o uso dos submarinos de propulsão nuclear, com os princípios teóricos do autor para, por fim, no sétimo capítulo, concluirmos o estudo.

## 2 LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS: ANÁLISE DO PACÍFICO ASIÁTICO E DA CHINA

A área que abrange o Pacífico Asiático compreende 52% da superfície terrestre e 59% da população mundial, abarcando um terço do comércio marítimo global (ROY, 2002). A prosperidade econômica dos países da região apresenta correlação direta com o comércio intra e inter-regionais, sendo que a navegação marítima se destaca como a forma mais eficiente e econômica para o transporte de grandes volumes e cargas (GUOXING, 2000).

O crescimento econômico acelerado ali registrado está impulsionando o deslocamento do centro da navegação internacional para leste, com as nações asiáticas cada vez mais presentes na frota marítima global. A República da Coreia (Coreia do Sul), a China, e países como Cingapura, Taiwan, Japão e Hong Kong já despontavam nos anos 2000 como os principais armadores, com 30,05% da tonelagem total do transporte marítimo internacional (*Ibidem*). Podemos citar outros dados estatísticos que podem comprovar sua importância econômica e estratégica (UNITED NATIONS, 2022):

- 1) A Ásia foi o principal centro de movimentação de carga marítima mundial em 2021, com 42% das exportações e 64% das importações;
- 2) O setor de construção naval foi controlado por três nações em 2022: China, Coreia do Sul e Japão, com 94% do mercado, sendo observado crescimento no segmento de 15,5% na China e 8,3% na República da Coreia, em relação ao ano de 2021; e
- 3) Segundo o *Liner Shipping Connectivity Index (LSCI)*<sup>3</sup>, China, República da Coreia, Cingapura e Malásia foram os países mais conectados do mundo no segundo trimestre de 2022, todos localizados na Ásia.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que o petróleo constitui a principal fonte de energia do Pacífico Asiático, sendo seu consumo bem maior do que a produção, levando às economias regionais a uma dependência cada vez maior do petróleo importado do Oriente Médio, cujo resultado foi o aumento no número de navios-tanque e transportadores de gás natural liquefeito (GNL) e gás liquefeito de petróleo (GLP) operando nas rotas locais de transporte marítimo (GUOXING, 2000). Para ilustrar tal fato, a produção de petróleo na Ásia-Pacífico foi de 7,3 milhões de barris/dia em 2021, enquanto seu consumo foi de 35,8 milhões

---

<sup>3</sup> *Liner Shipping Connectivity Index (LSCI)* é um índice elaborado pela *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)*, em colaboração com a *MDS Transmodal*, que mensura a conectividade com a rede global de transporte marítimo regular, tanto em nível de porto quanto de país (UNITED NATIONS, 2022).

de barris/dia no mesmo ano, despontando como a maior região consumidora de petróleo no mundo (ANP, 2022).

Nela existem vários estreitos<sup>4</sup> de importância estratégica, como o de Malaca, Sunda, Lombok e Makassar, no sudeste, e Tsushima, Tsugaru, Osumi e Soya, no nordeste asiáticos. São conhecidos como pontos de estrangulamento, por seu potencial de fechamento. Devido à sua posição, são estratégicos para manutenção da liberdade da navegação (GUOXING, 2000).

Nas últimas décadas, os países dessa área geográfica tiveram seu desenvolvimento econômico diretamente atrelado ao comércio marítimo, cujas LCM desempenham um papel relevante para a preservação dos interesses nacionais. Dessa forma, a segurança das comunicações marítimas deve ocupar um lugar de primazia no pensamento estratégico e político dos mesmos (*Ibidem*).

As LCM são definidas como as rotas tomadas por um navio em seu trânsito entre dois pontos, devendo ser a menor distância que permita a entrega de uma carga em tempo. Elas representam as artérias por onde fluem o comércio internacional, alimentando a economia de um país. Em termos militares, assumem uma perspectiva estratégica, como ferramenta de poder, apoiando os fins políticos dos governos ou contendo seus adversários, havendo uma importante ligação entre essas linhas e a geografia (ROY, 2002).

Em tempos de paz, funcionam como rotas comerciais e, em épocas de conflito, tornam-se linhas estratégicas que viabilizam a projeção de poder. As comunicações marítimas não são propriedades de quaisquer nações, sendo a liberdade de navegação direito soberano de todos os Estados. Portanto, a garantia do livre-trânsito deve ser defendida conforme as normas internacionais (GUOXING, 2000).

Pelo Pacífico Asiático passam duas significativas Linhas de Comunicação Marítimas: uma que percorre o Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Oriente Médio; e a segunda, que passa pelo Mar da China Oriental e pelo Mar do Japão, até o Oceano Pacífico e a costa pacífica dos EUA e do Canadá (*Ibidem*).

---

<sup>4</sup> Os estreitos são acidentes geográficos que separam duas porções de terra, como continentes, ilhas ou uma combinação de continente e ilha. Alguns deles são conhecidos como estreitos internacionais, por serem fundamentais ao comércio mundial, navegação e defesa dos estados costeiros. Existem três elementos essenciais que permitem a identificação dos estreitos utilizados para a navegação internacional: fatores geográficos, que são as características comuns a todos os estreitos; aspectos legais, relacionados à largura máxima de 24 milhas em algum ponto ou em toda sua extensão; e funcionalidade, envolvendo a análise do volume de navios que passam pelo estreito, a tonelagem total, o valor da carga e o número de países que usam essa rota (RUCKS, 2015).

A natureza instável das relações políticas entre países, principalmente envolvendo os EUA, o Japão e a China, representa um risco significativo à segurança regional das LCM. Sem uma atmosfera política cordial e cooperativa, é improvável o transporte seguro através dos mares. Além disso, tanto as disputas pela soberania de pequenas ilhas situadas ao longo das rotas nos mares do Sul e do Leste da China, quanto as reivindicações marítimas sobrepostas<sup>5</sup>, não apenas colocam as LCM em perigo, como também possuem o potencial de incitar hostilidades abertas (GUOXING, 2000). Portanto, apesar dessas vias serem cruciais para o acesso a recursos distantes, especialmente petróleo e gás, elas vêm enfrentando ameaças devido a tensões geopolíticas, colocando em risco o fluxo comercial que por elas corre.

Outro ponto a ser ressaltado é o grande investimento em construção naval realizado pelos países do Pacífico Asiático com o intuito de reforçar a segurança das LCM por meio do desenvolvimento de capacidades marítimas. Eles estão expandindo sua própria força naval, adquirindo meios, tais como submarinos e navios de superfície, sendo esta região um dos mercados mais lucrativos do mundo para a indústria de defesa. Logo, surgem perigos de uma corrida armamentista e de um confronto naval ao longo dessas rotas (GUOXING, 2000).

Cabe destacar o fato da Marinha da China ser a maior do mundo em termos de quantidade de embarcações, incluindo grandes navios de combate de superfície, submarinos, navios anfíbios, navios de guerra de minas, porta-aviões e navios auxiliares, e ela não pára de se desenvolver. Com uma força de batalha de aproximadamente 340 plataformas, é esperado que ela cresça para 400 navios até 2025 e para 440 embarcações até 2030 (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2022).

Outras ameaças às LCM na região do Pacífico Asiático são (GUOXING, 2000):

- 1) A pirataria, notadamente verificada nos estreitos de Malaca e Sunda, na costa do Vietnã e do Camboja, no triângulo Hong Kong-Luzon-Hainan e em áreas ao norte de Taiwan e no Mar Amarelo, além de outras ações não convencionais, como o tráfico de drogas e o sequestro marítimo;
- 2) A poluição, com a possibilidade de um derramamento de petróleo que cause uma catástrofe na região, não devendo ser esquecida a descarga de lavagens de tanques, constituindo fonte de poluição por óleo relacionada a navios-tanque;
- 3) O transporte de resíduos radioativos da Europa para o Japão; e

---

<sup>5</sup> Como exemplo, podemos mencionar o enfrentamento, em julho de 1999, entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul nas áreas de pesca no Mar Amarelo que ambas reclamam (GUOXING, 2000).

4) Riscos naturais marítimos, como condições oceânicas severas, que também afetam sobremaneira o transporte marítimo.

Como pudemos observar, ficam claras as ameaças pelas quais as LCM estão submetidas. Devido a seu vulto, a salvaguarda da sua segurança pelos países da região é de interesse de todos, principalmente da RPC.

A China experimentou um rápido crescimento econômico e industrialização nas duas últimas décadas, levando a um aumento exponencial na demanda por transporte marítimo (GUOXING, 2000). Ela ascendeu como a segunda maior potência econômica global, empenhando-se tanto no progresso socioeconômico, quanto na segurança. Seus interesses além-fronteiras constituem uma faceta essencial dos propósitos nacionais, enquanto uma das prerrogativas de suas forças armadas é a proteção efetiva dos direitos e anseios legítimos do povo, das organizações e das instituições chinesas no exterior (CHINA, 2019).

Os navios são responsáveis por transportar entre 85 a 90% do seu fluxo comercial. Para garantir o contínuo desenvolvimento econômico, é fundamental contar com fontes confiáveis de energia, que atualmente são predominantemente provenientes de combustíveis fósseis (ERICKSON *et al.*, 2007).

Cerca de 43% do consumo mundial de petróleo corresponde à China (ANP, 2022), e seu petróleo importado, majoritariamente, advém do Oriente Médio, transportado através de rotas que atravessam o Oceano Índico, e os mares do Sul e Leste da China. Elas incluem pontos de estrangulamento que são vulneráveis a potenciais adversários em um eventual conflito futuro, exceto nos estreitos de Taiwan, onde Pequim pode projetar algum controle naval. Por isso, a defesa de suas Linhas de Comunicação Marítimas é uma das principais prioridades dos líderes chineses, constituindo o fundamento para a criação de uma Marinha forte, vital para a segurança do país (ERICKSON *et al.*, 2007).

Visando atender às deficiências em aspectos operativos e de apoio no exterior, a China constrói bases em mares distantes, criando instalações logísticas e aprimorando a capacidade de realizar tarefas militares diversificadas. Executa, também, operações de proteção de embarcações e de segurança de Linhas de Comunicação Marítimas estratégicas, bem como, efetua evacuação e salvaguarda de direitos marítimos além-mar (REPUBLIC OF CHINA, 2019).

Pequim está buscando estabelecer a liderança regional no Mar do China Meridional, investindo em suas forças armadas, de modo a atuar como uma força de antiacesso/negação

de área (A2/AD)<sup>6</sup>, com o objetivo de garantir maior influência e controle do Oceano Pacífico, concentrando seus esforços na capacidade de negar às forças estrangeiras uma abordagem hostil de suas costas. Além disso, está desenvolvendo uma Marinha moderna de águas azuis para proteger as rotas de acesso ao seu país, e expandindo bases portuárias ultramarinas (WARD,2020).

A emergente estratégia marítima chinesa dialoga com os elementos da teoria estratégia marítima de Julian Stafford Corbett, pois para este autor, o uso do poder naval é condicionante para apoiar a consecução de objetivos continentais e garantir o controle marítimo (ERICKSON *et al.*, 2007).

Assim, podemos concluir que os países do Pacífico Asiático, em especial a China, dependem da navegação marítima contínua para sua sobrevivência e prosperidade econômica. A segurança das Linhas de Comunicação Marítimas, artérias por onde fluem o comércio internacional e ferramenta de poder marítimo, constitui uma das prioridades do pensamento estratégico e da formulação de políticas dos países da região. Para a China, é uma questão de segurança nacional e objetivo político-econômico.

Inúmeras incertezas estão colocando as rotas marítimas em perigo e, em face de sua importância política, econômica e militar, a RPC está implementando uma estratégia marítima para defesa de seus interesses. Ela retrata elementos presentes no pensamento estratégico do autor inglês Julian Stafford Corbett e, para melhor compreendê-la, precisamos distinguir os conceitos trazidos por este renomado estudioso. É o que faremos no próximo capítulo.

---

<sup>6</sup> A2/AD – Em inglês, *Anti-Access/Area Denial*, é uma estratégia em que o objetivo é proibir a uma força inimiga a operação próxima e no interior de uma dada área. Trata-se, em primeiro lugar, de uma estratégia virtual que não visa obter a vitória em um duelo simétrico, mas, de preferência, dissuadir o inimigo de ter acesso a uma determinada área (WEDIN, 2015, p. 197).

### 3 O PENSAMENTO ESTRATÉGICO DE CORBETT

A definição de estratégia está comumente ligada à guerra. Este conceito não é estático, e conforme ocorre o avanço da sociedade, o mesmo evolui, não se limitando apenas ao aspecto militar e ao combate, mas também a perspectivas políticas, econômicas e sociais (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Ao relatar a trajetória dos impérios, os estudiosos antigos concederam significativa importância às campanhas terrestres e à Grande Estratégia adotada pelas nações. Por outro lado, aqueles que enfatizaram o papel do ambiente marítimo em conflitos, tenderam a se concentrar nas batalhas e táticas empregadas, em detrimento da estratégia marítima inerente aos eventos de guerra (MOFFAT, 2009).

A utilização do conceito de estratégia tardou a ser admitido no âmbito marítimo. No entanto, no decorrer do século XIX, diversos autores, tanto militares quanto civis, debruçaram-se sobre esse assunto, contribuindo para a concepção de teorias navais e marítimas (WEDIN, 2015). Apenas no fim daquele século, estudiosos introduziram a análise do valor intrínseco e da significativa influência das políticas marítimas no âmbito da estratégia geral de nações e impérios, sendo Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922) um dos pioneiros desta disciplina (MOFFAT, 2009).

Julian Corbett nasceu em 1854 e formou-se em Direito na Universidade de Cambridge, sem nunca ter exercido efetivamente sua profissão. Sendo um homem abastado, em pouco tempo empenhou-se a escrever sobre história naval, publicando em 1898 seu primeiro trabalho de importância, o livro *Drake and The Tudor Navy* (TILL, 1988).

A conexão estabelecida com a Marinha, a partir de 1900, quando foi convidado a ministrar conferências na Escola Real Naval em Greenwich, Inglaterra, levou-o a escrever vários artigos apoiando as reformas do almirante Sir John Fisher<sup>7</sup> (1841-1920). Em 1910, já tinha concebido mais quatro obras sobre a história naval britânica e três volumes acadêmicos de documentos para a Sociedade de Registros Navais. No ano de início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi designado como historiador naval oficial do conflito pelo chamado

---

<sup>7</sup> John Arbuthnot Fisher, nascido em 25 de janeiro de 1841, no Ceilão (atual Sri Lanka) e falecido em 10 de julho de 1920, em Londres, foi um Almirante britânico e *First Sea Lord* (Primeiro Lorde do Almirantado, título concedido ao chefe profissional da *Royal Navy*) cujas as reformas entre 1904 e 1910 garantiram o domínio da Marinha Real durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2023).

Comitê de Defesa Imperial e acabou morrendo em 1922, tendo escrito somente os três primeiros volumes (TILL, 1988).

Cumpramos ressaltar que, em 1911, Corbett publicou seu livro mais importante sobre estratégia naval, *Some Principles of Maritime Strategy*, consagrando-o como teórico da guerra marítima e historiador de renome, tanto pela qualidade de seu trabalho e relação próxima a John Fisher, quanto pelo fato dessa obra fundamentar-se no arcabouço teórico de Clausewitz (ALMEIDA; MOREIRA, 2019; TILL, 1988).

Antes de nos aventurarmos em busca das conclusões práticas acerca da visão de Corbett sobre a importância da proteção das Linhas de Comunicação Marítimas, esclareceremos previamente alguns pontos relevantes sobre a “teoria da guerra”, quais sejam, estratégia marítima, estratégia naval e guerra, de forma a não nos perdermos dentro da complexidade do assunto (CORBETT, 1988).

No livro *Some Principles of Maritime Strategy* (1911), Corbett define:

Por estratégia marítima entendemos os princípios que regem uma guerra em que o mar é um fator substancial. A estratégia naval é apenas aquela parte dela que determina os movimentos da esquadra quando a estratégia marítima determinou qual papel a esquadra deve desempenhar em relação à ação das forças terrestres; pois nem é preciso dizer que é quase impossível que uma guerra possa ser decidida apenas pela ação naval (CORBETT, 1988, p. 15, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Portanto, a estratégia naval apenas determinará a melhor forma de desempenhar as tarefas que lhe foram atribuídas, após a estratégia marítima estabelecer as relações recíprocas entre seu exército e marinha em um plano de guerra (*ibidem*).

O autor considera que a guerra é a “mera continuação da política por outros meios”<sup>9</sup> (CLAUSEWITZ, 1968, p.119, tradução nossa), conforme preconizado por Clausewitz. O que está fora da concepção política, ou seja, o peculiar às operações militares e navais, corresponde aos meios utilizados para a realização dos fins políticos. Assim, o primeiro propósito de um plano de guerra é que os meios adotados devem conflitar o mínimo possível com as condições das quais a guerra nasce. Desta forma, o Estado-Maior deve agir quando a diplomacia não atingiu os objetivos definidos pelo governo e o método aplicado dependerá da natureza do desígnio a ser atingido, sendo que certos meios lhes são vedados por razões

<sup>8</sup> No original: “By maritime strategy we mean the principles which govern a war in which the sea is a substantial factor. Naval strategy is but that part of it which determines the movements of the fleet when maritime strategy has determined what part the fleet must play in relation to the action of the land forces; for it scarcely needs saying that it is almost impossible that a war can be decided by naval action alone.”

<sup>9</sup> No original: “War is a mere continuation of policy by other means.”

políticas (CORBETT, 1988).

Foram também adotados por ele os conceitos de guerra limitada e ilimitada de Clausewitz. Para a guerra ser limitada, o objetivo político tem que ser limitado, bem como a área de operações deve estar destacada do território da nação em comento. Essa possibilidade apenas existiria em guerras navais, uma vez que os conflitos continentais tenderiam a evoluir para guerras ilimitadas por não subsistir o isolamento territorial necessário (CORBETT *apud* MONTEIRO, 2011).

Para Corbett, a guerra naval tem como intento garantir o Comando do Mar ou impedir que o inimigo o detenha, sendo este Comando entendido como o controle das comunicações marítimas, seja para fins militares ou comerciais. Ele salienta que este controle deve trazer consigo o direito de proibir, se possível, o trânsito de propriedade pública ou privada sobre o mar (CORBETT, 1988).

O Comando do Mar não é um conceito binário, ou seja, sua perda não significa seu ganho automático pelo oponente. Nenhuma parte em conflito disputa seu controle absoluto. É a disputa do Comando do Mar que a estratégia naval está primariamente preocupada (*Ibidem*).

Uma vez que o mar não é suscetível de posse, pelo menos além dos limites das águas territoriais, o direito singular que um país e seu inimigo podem ter sobre ele, é o de passagem, de forma que, o único valor positivo do alto mar para a vida nacional, é ser um meio de comunicação. Negando-se ao inimigo esse meio de passagem, detemos seu movimento no mar e, conseqüentemente, sua sobrevivência em terra (*Ibidem*).

Além do valor positivo, como meio de comunicação, o mar possui um valor negativo: ele é uma barreira. Por conseguinte, quando se conquista o Comando do Mar, pode-se exercer pressão militar direta sobre a vida nacional do inimigo em terra, impedindo-o de exercê-la, em sentido contrário, sobre outro Estado (*Ibidem*). Dessa forma, por meio do alcance desse controle, é possível atuar diretamente nos atributos do mar, concorrendo para o sucesso de uma campanha militar.

Segundo o autor, a política externa das nações é controlada pelo comércio e pelos recursos advindos do mesmo, de forma que se a atividade mercantil perder com a guerra, sua influência para uma solução pacífica será grande. No mar, o uso da pressão econômica sobre o inimigo deve ocorrer desde o início do conflito por duas razões: o uso de posições defensivas para o ataque corresponde a uma economia de meios; e a interferência no comércio do

inimigo é uma forma de exercer pressão econômica secundária, bem como uma ação primária para derrubar seu poder de resistência (CORBETT, 1988).

As guerras não são decididas exclusivamente pela força militar e naval, sendo as finanças um aspecto de relevância, capaz de conceder a vitória ao poder fisicamente mais fraco. Qualquer ação para prejudicá-las no inimigo, é um passo direto para sua derrubada, e o meio mais eficaz a ser empregado para esse fim é negar-lhe os recursos do comércio marítimo. Em uma guerra naval, o vigor contínuo das forças armadas depende das condições financeiras da nação, sendo o controle das comunicações marítimas do adversário e as operações de confisco que ela conota, operações primárias (*Ibidem*).

As comunicações marítimas, cerne do Comando do Mar, são, na maioria das vezes, comuns a ambos os beligerantes, pois, em regra, não podemos atacar as rotas do inimigo sem defender as nossas. Seu controle pode existir em vários graus, sendo de nível geral, quando um país for capaz de exercê-lo sobre todas as vias comuns como resultado de uma grande hegemonia inicial ou de uma vitória decisiva; ou local, caso não seja suficientemente forte para operar em todos os mares, atuando em apenas algumas linhas de comunicação em uma área pré-determinada. Além disso, o mesmo também pode ser permanente ou temporário (*Ibidem*).

Vale destacar que o controle, geral ou local, mesmo que permanente, não é absoluto, na prática: nenhum grau de superioridade naval pode impedir que as comunicações de um Estado sofram ataques esporádicos de cruzadores destacados, ou mesmo de esquadrões de ataque, se forem liderados com ousadia e preparados para arriscar sua destruição (*Ibidem*).

Destarte, uma vez que nos parágrafos anteriores determinamos conceitos e princípios fundamentais que permeiam a ideia de Comando do Mar, vamos iniciar a análise de como as esquadras deveriam se constituir, de modo a cumprir suas tarefas. Do ponto de vista de Corbett, os navios de combate se diferenciavam em grupos, de acordo com a função primária para a qual cada classe foi projetada, sendo esses agrupamentos ou classificações entendidas como constituição das esquadras. Essas classes de navios deveriam expressar materialmente as ideias estratégicas e táticas que prevaleciam em um determinado momento (CORBETT, 1988).

No início do século XX, as esquadras eram divididas em couraçados, cruzadores e flotilhas. Os couraçados tinham como fim o conflito naval, podendo deslocar-se a grandes distâncias e contendo grande capacidade bélica; já os cruzadores eram destinados a

patrulhamento e escolta, com maior agilidade e capacidade de executar manobras; e a flotilha envolveria tanto os navios a serem empregados em ações marítimas próximas à costa, quanto os demais navios auxiliares (MONTEIRO, 2011).

Se a guerra naval tem por objetivo controlar as comunicações marítimas, então os Estados devem antever a melhor forma de exercê-lo, o qual não poderia ser realizado apenas com navios couraçados. Isso ocorria em vista de sua alta especialização e demasiado custo de aquisição, o que os tornava, respectivamente, impróprios para essas operações, além de impossibilitar sua aquisição em grande quantidade. Eram necessários os cruzadores especializados para o trabalho de controlar as comunicações, e em número suficiente para cobrir a área marítima necessária (CORBETT, 1988).

Nesse contexto, caberia aos cruzadores a responsabilidade de estabelecer o controle, enquanto a frota de batalha seria encarregada de garantir a segurança do mesmo. A frota deveria proteger os cruzadores e a flotilha, e a abordagem mais eficaz para tal objetivo, consistiria na destruição das forças armadas do inimigo, com o aniquilamento de seu poder de interferência (*Ibidem*).

Segundo Corbett, as funções da esquadra são: vencer conflitos navais visando cooperar para a defesa nacional, sendo esta sua principal atribuição; respaldar ou obstaculizar a diplomacia; salvaguardar ou desmantelar o comércio marítimo; e fomentar ou impedir ações militares terrestres (CORBETT *apud* MONTEIRO, 2011).

Traduzindo as funções da esquadra para a linguagem dos dias atuais, a primeira função pode ser compreendida como defesa naval, enquanto a segunda é conhecida como diplomacia naval. A terceira evoluiu para as operações de segurança marítima e, a última função, corresponde atualmente às operações de projeção de força em terra (MONTEIRO, 2011).

Cabe ressaltar que, a missão de proteção ou destruição do comércio marítimo constituía o cerne da estratégia marítima, manifestado pelo controle das LCM, tendo a guerra naval esse objetivo, já que o mar não é passível de domínio exclusivo (CORBETT *apud* MONTEIRO, 2011). As operações conduzidas durante a guerra naval visariam obter ou disputar o comando do mar e exercer o efetivo controle das LCM que a nação possui, quer o comando esteja assegurado ou não (CORBETT, 1988).

A partir da análise dos parágrafos anteriores, podemos concluir que, segundo Corbett, a guerra naval tem como objetivo garantir o Comando do Mar ou impedir que o inimigo o

detenha, sendo este Comando entendido como o controle das comunicações marítimas. Uma vez negando ao inimigo a passagem por essas linhas, detemos o movimento de sua vida nacional no mar e, conseqüentemente, sua sobrevivência em terra, atuando diretamente nas finanças de um país.

Nesse sentido, o aspecto econômico assume um papel de grande importância, sendo capaz até de conceder vitória ao poder fisicamente mais fraco: ao negar os recursos do comércio marítimo, prejudicamos o oponente e concorremos diretamente para sua queda. A função de proteção ou destruição do comércio marítimo constitui o principal objetivo da estratégia naval, manifestado pelo controle das rotas marítimas, possuindo a guerra naval esse alvo.

Uma vez que a sobrevivência do Estado depende do fluxo que corre pelas LCM, urge garantir sua segurança, assegurada por meio de navios de guerra, com atributos de velocidade e manobrabilidade. Os cruzadores especializados exerceriam essa função de controlar as comunicações e deveriam ser em número suficiente para cobrir a área marítima necessária. Corbett nos trouxe um olhar sobre as Linhas de Comunicação Marítima, destacando que o fluxo que passa por elas pode determinar prosperidade ou ruína de um país, sendo necessário sua proteção.

A China, segunda economia mundial, dependente do comércio marítimo para a subsistência de seu povo e seu avanço, não deixou passar despercebida a necessidade de salvaguarda de suas LCM, vislumbrada anteriormente por Corbett. Está pensando em termos estratégicos, em como defender seus interesses, desenvolvendo uma estratégia para tal. Esta estratégia e seus elementos serão discriminados no capítulo que se segue.

#### 4 A VISÃO ESTRATÉGICA CHINESA

A estratégia, segundo o Partido Comunista Chinês (PCC), pode ser definida como “o planejamento geral e orientação para o uso e construção de forças militares” (CHINA AEROSPACE STUDIES INSTITUTE, 2022, p.12, tradução nossa)<sup>10</sup>. A estratégia nacional chinesa tem como objetivo a revitalização econômica expressiva do país até o ano de 2049, incluindo a modernização dos aspectos políticos, sociais e militares, com o intuito de expandir seu poderio, aperfeiçoar sua administração e reformular a ordem global para favorecer seus interesses governamentais e nacionais (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2022).

Quanto à diretriz estratégica de defesa, a mesma se orienta pelos pilares da defesa, autodefesa e resposta reativa pós-ataque, isto é, pela chamada "defesa ativa" (REPUBLIC OF CHINA, 2019, p. 8)<sup>11</sup>, conforme constante em seu Livro Branco de Defesa Nacional. Em outras palavras, a posição firmada não é ofensiva, mas sim defensiva, tendo como premissa não atacar, a menos que haja uma agressão prévia, buscando, assim, uma contrarresposta eficaz caso seja sujeita a algum tipo de ataque. Enfatiza-se, porém, a ideia de contenção e vitória em potenciais conflitos bélicos (REPUBLIC OF CHINA, 2019).

As forças armadas de Pequim estão empreendendo a diretriz estratégica militar voltada para uma nova era, a fim de preservar sua aderência às metas globais do PCC e adotando medidas para aprimorar seu aprestamento militar e habilidades em combate, almejando estabilidade e equilíbrio (*Ibidem*).

Cabe ressaltar que o país tem enfrentado desafios à sua segurança, tanto convencionais como não convencionais, particularmente os oriundos do meio marítimo, tornando-se a base de sua estratégia militar (CHINA AEROSPACE STUDIES INSTITUTE, 2022).

No pensamento estratégico chinês, o caso de Taiwan sempre obteve protagonismo. Atualmente, o Estado acrescentou novas prioridades, tendo em vista sua percepção de ameaça, conforme as transformações no cenário regional: inicialmente, quer estabelecer uma força terrestre adequada para suas dimensões e status internacional; além disso, é imperativo salientar que o crescimento econômico nacional desempenha um papel imprescindível na manutenção do Partido Comunista no poder, sendo o comércio marítimo um pilar essencial para tal (ERICKSON *et al.*, 2007), implicando a necessidade urgente de garantir a proteção de

---

<sup>10</sup> No original: “*Strategy is the overall planning and guidance for the use and construction of military forces.*”

<sup>11</sup> No original: “*active defense*”.

suas LCM.

Com o desenvolvimento rápido da China, seus interesses no exterior estão se expandindo. Para o PCC, os militares devem cumprir a missão e as tarefas da nova era, principalmente, assumindo um caráter diplomático, de modo a fortalecer ainda mais o planejamento e a orientação do uso de forças militares no exterior, contribuindo para salvaguardar as intenções ultramarinas do país, promovendo o equilíbrio regional e a manutenção da paz a nível mundial (CHINA AEROSPACE STUDIES INSTITUTE, 2022).

Pequim entende que o uso estratégico do poder militar em águas azuis é uma forma inteligente de aplicar o poder duro de maneira suave no cenário internacional. Isso permite que as forças militares realizem diversas tarefas, criando uma imagem positiva do país e dissuadindo possíveis inimigos. Além disso, essa abordagem aprimora as capacidades das tropas e outros setores de prioridade estatal. Em resumo, é uma estratégia eficaz para atingir importantes metas no cenário global (*Ibidem*).

A proteção dos interesses nacionais é o alicerce e o objetivo máximo da estratégia militar chinesa. Os militares possuem como missão no exterior em períodos de paz, a execução de operações militares não-bélicas, de acordo com a conjuntura internacional ou regional, tendo em vista a preservação da segurança de suas aspirações além-mar e o fortalecimento da sua posição estratégica. Elas ocorrem através de medidas de segurança adotadas visando resguardar a integridade do pessoal, dos ativos e das rotas marítimas estratégicas no exterior; estabelecer um cenário propício para investimentos estrangeiros, fomentando a ampliação de seus horizontes para além das fronteiras nacionais; fortalecer as relações militares; e amparar a diplomacia nacional (*Ibidem*).

Quanto ao pensamento estratégico marítimo, o mesmo foi revitalizado, pois o poder naval agora se dilata muito além de suas fronteiras costeiras. Com uma economia próspera e instalações militares concentradas na costa, a Marinha do Exército de Libertação Popular<sup>12</sup> (PLAN) está agora dispendo dos recursos necessários para sua modernização, graças ao notável progresso econômico e ao crescente acúmulo de riquezas chinesas (ERICKSON *et al.*, 2007).

Confirmando a tese acima, dentre os objetivos de defesa nacional, constantes do seu Livro Branco de Defesa Nacional, podemos citar a salvaguarda de seus direitos e interesses

---

<sup>12</sup> Em inglês, *People's Liberation Army Navy* (PLAN).

marítimos (costeiros e ultramarinos), com a defesa da liberdade de navegação e a proteção das LCM (REPUBLIC OF CHINA, 2019).

O domínio de amplas extensões oceânicas é crucial para o propósito nacional, ao proporcionar a obtenção de recursos significativos para a modernização da frota naval e reforçar a crença da importância de um poder marítimo robusto para o país. Por conseguinte, o pensamento estratégico marítimo chinês evoluiu de uma estratégia geral de defesa costeira para uma de defesa marítima<sup>13</sup>, e a Marinha passou por uma transformação significativa, deixando de ser apenas uma auxiliar do exército, para se tornar uma líder em atividades estratégicas desenvolvidas em certos cenários operacionais, incluindo desafios sobre reivindicações de soberania e interesses marítimos de Taiwan, Japão, Estados Unidos, Índia e nações do Sudeste Asiático (ERICKSON *et al.*, 2007).

A PLAN aspira ser o epicentro da segurança nacional, com capacidade de projetar sua presença globalmente, tornando-se a força estratégica mais dinâmica em tempos de paz. É um sustentáculo fundamental para a política externa do país, personificando sua vontade e poder. A razão por trás da necessidade de uma Marinha Chinesa robusta é fundamentada na concentração dos interesses econômicos contemporâneos e no florescimento das zonas especiais de desenvolvimento, que se encontram estrategicamente posicionadas ao longo da costa chinesa (*Ibidem*).

Pequim está realinhando sua estratégia para o mar, evidenciando o papel crucial de sua Marinha em seus objetivos estratégicos nesse século. A estratégia marítima chinesa compreende os seguintes aspectos: planejamento para operações contra Taiwan; apoio a reivindicações no Leste e Sul dos mares da China; conservação de uma força de dissuasão contra os Estados Unidos; salvaguarda das Linhas de Comunicação Marítimas essenciais; além de servir como apoio à diplomacia (*Ibidem*).

Esse movimento estratégico reforça a importância da presença ultramarina da sua força naval, e destaca a crescente influência do país no cenário global. A PLAN está se tornando cada vez mais visível e ativa, demonstrando a determinação da China em proteger seus interesses marítimos e garantir sua posição como uma potência naval de destaque.

Analisaremos mais detidamente a questão das LCM. Para Estados que dependem de recursos básicos externos, o comércio de longa distância é imprescindível para sua

---

<sup>13</sup> Em inglês, *offshore*.

subsistência. Nesse contexto, a salvaguarda das rotas marítimas assume um papel crucial na preservação da segurança nacional (ERICKSON; GOLDSTEIN; LORD, 2009).

Conforme apresentado anteriormente, navios transportam a maior parte do comércio chinês e seu contínuo desenvolvimento econômico provém de fontes confiáveis de energia, advindas de combustíveis fósseis. Logo, sua sobrevivência depende do fluxo que corre pelas suas linhas de comunicação, sendo necessário sua proteção, realizada por meio de operações militares de não-guerra, como a escolta de comboios, presentes em sua estratégia militar, definida a seguir:

Escolta de comboio consiste na utilização de forças militares na proteção de rotas marítimas, canais estratégicos e navios de importância de ataques de países hostis, terroristas e criminosos armados organizados, assim como na garantia do fluxo adequado do transporte marítimo e na segurança de navios. Com o rápido desenvolvimento econômico, o comércio exterior Chinês cresceu rapidamente, tráfego marítimo aumentou vertiginosamente, os canais estratégicos marítimos e as questões de segurança do transporte marítimos tornaram-se cada vez mais proeminentes, e a escolta se tornou uma tarefa importante para nossos militares sob novas condições históricas (CHINA AEROSPACE STUDIES INSTITUTE, 2022, p.295, tradução nossa)<sup>14</sup>.

A escolta de comboio inclui as seguintes tarefas específicas: segurança marítima, tanto em rotas e águas de importância, quanto contra perigos singulares (abrangendo a escolta de acompanhamento, a regional e a de navio) e a demonstração de habilidades de interferência e domínio em estreitos relevantes, envolvendo a realização de manobras militares conjuntas e a execução de operações de dissuasão marítima (CHINA AEROSPACE STUDIES INSTITUTE, 2022).

As principais rotas de transporte marítimo chinesas são do Mar do Sul da China tanto para o Oceano Índico e o Mar Vermelho, através do Estreito de Malaca, quanto para o Mediterrâneo e o Atlântico, pelo Canal de Suez, sendo as vias primárias para a realização de operações de escolta. Tais operações têm como objetivo a proteção da navegação contra ações de piratas, bem como, no futuro, impossibilitar que países em litígio com a China utilizem esses estreitos como uma forma de ameaça, embaraçando o fluxo que por eles corre (*Ibidem*).

---

<sup>14</sup> No original: “Convoy escort refers to the use of military forces to protect sea routes, strategic channels and important ships from attacks by hostile countries, terrorism, and organized armed criminals, and to ensure the smooth flow of maritime shipping and the safety of ships. With the rapid economic development, China's foreign trade has grown rapidly, maritime traffic has risen sharply, maritime strategic channels and maritime transport safety issues have become increasingly prominent, and escort has become an important task of our military under new historical conditions.”

A relevância estratégica do Pacífico tem aumentado consideravelmente, o que implica desafios cada vez mais complexos para a Marinha Chinesa, tanto em tempos de paz quanto de guerra. A proteção da costa, a resistência a possíveis invasões estrangeiras e a defesa dos interesses nacionais são tarefas cruciais que exigem investimentos significativos no progresso da Marinha, com especial atenção ao desenvolvimento da força submarina. Assim, os submarinos são o cerne da atual estratégia naval chinesa (ERICKSON *et al.*, 2007).

Por fim, neste capítulo pudemos concluir que a marítimas, uma estratégia nacional e marítima chinesa estão altamente relacionadas com a proteção das linhas de comunicação vez que o país depende significativamente do comércio marítimo para seu desenvolvimento. Como segunda maior economia mundial, atrás apenas dos Estados Unidos da América, grande parte de suas atividades mercantis depende da passagem de navios por rotas marítimas que atravessam oceanos e canais estreitos, como o Estreito de Malaca.

Dessa forma, sua estratégia marítima tem como um dos objetivos a proteção dessas rotas, buscando ampliar sua influência e presença na região da Ásia-Pacífico. Um dos meios utilizados pela Marinha Chinesa nessa empreitada, são as operações militares de não-guerra, sendo a escolta de comboios o exemplo singular.

Portanto, a relação entre a estratégia marítima chinesa e a proteção das linhas de comunicação marítimas é indissociável, pois a China busca garantir sua segurança energética, ampliar sua influência e presença na Ásia-Pacífico e proteger seu comércio e exportação por via marítima, sendo imprescindível o desenvolvimento de sua própria Marinha, incluindo enfaticamente o desenvolvimento de sua força submarina a fim de dotá-la de maior capacidade dissuasória.

A importância estratégica da força submarina chinesa, e mais especificamente dos submarinos de propulsão nuclear no sucesso da tarefa de proteção das LCM, são os aspectos que serão analisados mais detidamente no próximo capítulo.

## 5 OS SUBMARINOS DE PROPULSÃO NUCLEAR

As condições políticas e de segurança de uma nação definem as tarefas e equipamentos que serão alocados em suas forças armadas, dentre elas, a Marinha de Guerra. Em termos gerais, essa força desempenha as tarefas de proteção do comércio e Linhas de Comunicações Marítimas, defesa costeira contra-ataques e salvaguarda dos direitos nacionais no mar. Cumpre ressaltar que, para a constituição de uma esquadra fortemente estruturada, é imperativa uma combinação equilibrada de diferentes unidades, com amplo espectro de ataque, sendo os submarinos uma peça fundamental (SILENT, 2007).

Os submarinos são embarcações que possuem como característica diferenciadora a capacidade de submergir e vir à superfície conforme necessário, atributo entendido como poder de ocultação (VIOLANTE, 2023). Como navios que navegam furtivamente no fundo do mar, representam grande vantagem em um eventual conflito marítimo, sendo os principais predadores (GOLDRICK *et al.*, 2020).

Além desse atributo, apresentam a capacidade de deslocar-se por longas distâncias quando exigidos (mobilidade), bem como exibem a faculdade de permanecer em atividade de forma independente e ininterrupta em locais afastados e amplos por um período de tempo duradouro (permanência). Ademais, são meios versáteis, graças a perspectiva de emprego em uma série de operações e espaços diferenciados, e flexíveis, por poderem ser dispostos em diversos arranjos operativos conforme a missão, atuando tanto de forma ofensiva quanto defensiva. Conservam, ainda, poder de fogo, associado ao emprego de minas, torpedos e mísseis<sup>15</sup>; faculdade de detecção de meios; e são silenciosos quando operados submersos (BRASIL, 2020; VIOLANTE, 2023).

Em virtude de sua singularidade, são capazes de preencher tanto tarefas ofensivas quanto defensivas de uma estratégia de defesa nacional. No que se referem as tarefas defensivas, estão compreendidas a coleta de informações de inteligência, bem como missões de reconhecimento. Quanto às tarefas ofensivas, exemplificativamente, abrangem o emprego contra meios de superfície ou outros submarinos, com a utilização de torpedos ou mísseis; e a minagem de rotas marítimas ou junções, impedindo o uso de áreas ou LCM pelo oponente. Embora sua capacidade de ocultação seja um elemento amplamente explorado, em

---

<sup>15</sup> O poder dos submarinos em combate tem sido incrementado pelo aperfeiçoamento da cobertura dos mísseis táticos antinavios, com mísseis balísticos alcançando além de 5.000 milhas náuticas (VIOLANTE, 2023).

momentos de crise, podem navegar na superfície para ostentar sua presença, lembrando ao inimigo a ameaça que essa arma simboliza (SILENT, 2007).

A importância de seu emprego foi comprovada na Campanha do Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual os EUA empreenderam vitória contra o Japão, bem como na Guerra das Malvinas (1982), com a derrota da Argentina pelo Reino Unido (HEZLET, 1967; VIOLANTE, 2023).

No primeiro conflito, o sucesso foi obtido por meio de uma guerra submarina irrestrita contra as comunicações marítimas nipônicas, levando ao enfraquecimento daquele país a tal ponto, que permitiu o sucesso das operações anfíbias americanas. Portanto, demonstrou o poder da guerra de curso contra uma nação dependente do mar, bem como a relevância do submarino como uma arma de guerra tanto de um poder naval mais poderoso, quanto do mais fraco (HEZLET, 1967).

Quanto ao conflito das Malvinas, os submarinos nucleares de ataque (SNA) foram empregados de forma decisiva pelo Reino Unido, permitindo o deslocamento rápido para o teatro de operações (TO) e seu controle, além de produzir efeito dissuasório. Em relação ao último aspecto, o receio argentino de destruição de sua esquadra pelos SNA, acarretou o encerramento de seus navios em seus portos, o que foi vital para a vitória britânica (VIOLANTE, 2023).

Ademais, é preciso apontar o papel da manutenção de uma frota de submarinos, visto que funciona como uma tática dissuasória por sua capacidade de ocultação, sendo esse efeito observado de forma majorada nos submarinos de propulsão nuclear, comparativamente aos de propulsão convencional (GOLDRICK *et al.*, 2020).

Além do aspecto dissuasório, os submarinos nucleares superam os submarinos convencionais em vários aspectos, como a capacidade de aproveitar a energia quase ilimitada, disponível a qualquer momento, proveniente de seus reatores nucleares. Essa imensa quantidade de energia permite ao submarino nuclear desenvolver e manter alta velocidade subaquática e força de autopropulsão, bem como operar com equipamentos que necessitam de muita energia. Outrossim, não necessitam ir à superfície para recarregar suas baterias ou para atender às necessidades de reabastecimento, sendo as plataformas ideais para operações de longa duração em áreas marítimas distantes (ERICKSON *et al.*, 2007).

No que tange à defesa avançada, é possível o emprego dos submarinos de propulsão nuclear para maximizar o uso de suas capacidades, sendo também crível sua utilização em

conjunto com os submarinos convencionais em estratégias mais circunscritas, adjuntas à costa ou em áreas de patrulha. Eles podem ser dispostos em qualquer lugar com técnicas de manobra ou movimento, e devido à sua alta velocidade, têm a capacidade de localizar e avançar contra seus alvos em todo o seu perímetro, além de poderem empreender fuga em alta velocidade, dificultando até mesmo o ataque de meios aeronavais preparados para a guerra antissubmarina (VIOLANTE, 2023). Portanto, por sua agilidade, velocidade e possibilidade de manterem-se totalmente submersos por tempo ilimitado, é ampliada a capacidade de alcance e interceptação de navios mercantes e comboios (HEZLET, 1967).

Essas armas poderosas e avançadas tecnologicamente não estão disponíveis a todos os Estados, sendo a China um dos países com acesso a essa tecnologia. Pequim exalta seu programa de propulsão nuclear naval, sem esconder a função alegórica dessas embarcações, consistindo um fato amplamente reconhecido que os submarinos são as peças centrais na sua atual estratégia naval. Tal fato, contrasta com a abordagem das marinhas de projeção de poder, como a Marinha dos Estados Unidos e a Indiana, organizadas em torno dos porta-aviões (ERICKSON *et al.*, 2007).

Atualmente, é um fato que este país é o maior estaleiro do mundo em tonelagem, e vem ampliando sua capacidade e habilidade de construção naval de diversas classes de navios, como os submarinos, desenvolvendo também sistemas subaquáticos de longo alcance (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2022).

Um dos pilares de sua modernização é o desenvolvimento de uma frota numerosa de submarinos nucleares e convencionais modernos, visando atingir seus objetivos estratégicos. Essas embarcações podem ser empregadas em combates contra porta-aviões e navios de superfície, tanto em conflitos potenciais contra Taiwan, quanto em litígios por recursos marítimos. Cada vez mais sua força naval vai ser colocada em missões submarinas mais complexas, devido à extensão ultramarina de seus interesses e a seu avanço tecnológico, induzindo ao apoio de suas lideranças à construção de um maior número de submarinos cada vez melhores (ERICKSON *et al.*, 2007).

Para ilustrar sua preocupação com a guerra submarina, a Marinha Chinesa opera atualmente com seis submarinos de propulsão nuclear armados com mísseis balísticos

(SSBN)<sup>16</sup>, seis submarinos nucleares de ataque e quarenta e quatro submarinos de ataque movidos a diesel/com propulsão independente do ar, com a intenção de manter entre 65 e 70 submarinos no decorrer dos anos 2020 (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2022).

Não devemos esquecer de abordar um importante aspecto: sua estratégia nuclear. Pequim possui uma estratégia nuclear de autodefesa, almejando a manutenção de sua segurança nacional estratégica por meio da dissuasão contra o uso ou ameaça de uso de armas nucleares (REPUBLIC OF CHINA, 2019). Segundo especialistas chineses, sua estratégia de utilização de SSBN, por exemplo, também é vista como defensiva, com o desenvolvimento desses submarinos impulsionado exclusivamente pelo objetivo defensivo de reforçar suas capacidades nucleares de segundo ataque (ZHAO, 2018). Segundo o Relatório Anual ao Congresso Americano, Pequim está executando continuamente patrulhas no mar, utilizando-se de seus seis SSBN<sup>17</sup>, com objetivo de dissuasão (MILITARY,2022).

Supõe-se que a China esteja empenhada em ampliar a habilidade de sobrevivência dos SSBN por meio do desenvolvimento de tecnologias, como sistemas de comunicação de rádio de frequência extremamente baixa (ELF)<sup>18</sup> e um sistema aerotransportado de comando, controle e comunicações (C3). Ademais, existe a argumentação que as patrulhas SSBN em alto-mar são uma competência imperativa a longo prazo. A estratégia de implantação dos submarinos nucleares chineses pode ser semelhante à dos Estados Unidos da América, em que submarinos realizam patrulhas em águas azuis e devem permanecer suficientemente silenciosos para depender de seus próprios recursos furtivos para transitar para a área a ser vigiada, evitando que sejam identificados durante este período (ZHAO, 2018).

Portanto, Pequim possui fortes incentivos para que seus SSBN patrulhem em mar aberto, especialmente no Oceano Pacífico. Uma das fundamentações encontra-se no fato de que submarinos de baixo ruído, com capacidade de operação e sobrevivência de maneira autônoma, resultam em uma redução substancial nos custos operacionais, em contraste com aqueles que exigem proteção por forças aliadas. Além disso, a capacidade de sobrevivência dos submarinos chineses é ampliada em alto-mar, tanto por sua movimentação livre e não

---

<sup>16</sup> SSBN – Esta sigla corresponde em inglês a *Ship Submersible Ballistic Nuclear*, ou seja, é um submarino de propulsão nuclear, armado com mísseis balísticos. Possui elevado poder dissuasório. Pela característica de ocultação, colabora para a deterrência nuclear. Sua principal tarefa é permanecer oculto e retaliar um possível primeiro ataque nuclear de um Estado inimigo. Apenas cinco países possuem acesso a esta tecnologia, dentre eles a China (VIOLANTE, 2023, p. 185 e 186).

<sup>17</sup> Submarinos JIN-class, tipo 094 (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2022).

<sup>18</sup> ELF – Esta sigla corresponde em inglês a *Extremely Low Frequency*.

detectada, quanto pelo maior espaço para manobras (ZHAO, 2018).

Os escritos navais da RPC revelam que a força submarina de Pequim é sua principal força marítima de longo alcance, e que a expansão de seu comércio marítimo pode ser considerada como um agente capaz de modificar sua estratégia marítima nuclear emergente. Os submarinos nucleares podem ser empregados na proteção das LCM, sendo imprescindíveis ao controle marítimo das regiões costeiras e dos mares vizinhos da China, fundamental na questão taiwanesa. Por outro lado, eles também podem ser usados para atacar extensas rotas marítimas que abastecem um potencial inimigo (ERICKSON *et al.*, 2007).

Essa tendência chinesa também foi vislumbrada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, como pode ser observado no extrato do Relatório Anual ao Congresso:

Cada vez mais, a Marinha Chinesa está operando fora de suas águas domésticas em locais que incluem o Oriente Médio, Europa, África, Sul da Ásia, Sudeste Asiático, Oceania e América Latina. A Marinha Chinesa também realizou emprego de submarinos no Oceano Índico, demonstrando sua crescente familiaridade naquela região e ressaltando o interesse da RPC em proteger suas linhas de comunicações marítimas (LCM) além do mar do Sul da China (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2022, p. 135 e 136, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Por último, um aspecto relevante a ser destacado, é que este país tem priorizado a estratégia A2/AD nas proximidades da costa chinesa, principalmente no Mar da China Meridional, inclusive projetando mísseis balísticos com capacidade de atingir grandes navios de superfície, impedindo que nações estrangeiras violem militarmente seus interesses de segurança nacional. No que tange ao estabelecimento de região fortemente defendida no Mar do Sul da China, é vital o estabelecimento de um nível de controle do mar, bem como aprimoramento e expansão da quantidade de SSBN deste país (ZHAO, 2018).

Desse modo, a partir da análise desse capítulo, podemos concluir que a posse de submarinos é importante para um Estado, por ser uma arma que amplia o poder naval, exibindo atributos de mobilidade, permanência, versatilidade, flexibilidade, poder de fogo, faculdade de detecção de meios, além de serem silenciosos quando operados submersos, cumprindo tanto tarefas ofensivas quanto defensivas de uma estratégia de defesa nacional. Outrossim, podem ser empregados para fins de dissuasão, devido a sua capacidade de ocultação.

---

<sup>19</sup> No original: “Increasingly, the PLAN is operating outside of its home waters in places that include the Middle East, Europe, Africa, South Asia, Southeast Asia, Oceania, and Latin America. The PLAN has also conducted submarine deployments to the Indian Ocean demonstrating its increasing familiarity in that region and underscoring the PRC’s interest in protecting sea lines of communication (SLOCs) beyond the South China Sea.”

Dentre os submarinos, destacam-se os de propulsão nuclear. Esses meios possuem energia quase ilimitada proveniente de seus reatores, possibilitando o desenvolvimento e manutenção de alta velocidade subaquática e força de autopropulsão, além de ser desnecessária a emergência para a recarga de suas baterias ou atendimento a necessidades de reabastecimento, o que permite sua submersão por tempo ilimitado, sendo ideais para operações de longa duração em áreas marítimas distantes.

A China é um dos países que possui acesso a essa tecnologia e exalta seu programa de propulsão nuclear naval, sendo os submarinos nucleares as peças centrais em sua estratégia naval. As patrulhas de SSBN em mar aberto são consideradas uma capacidade necessária a longo prazo por Pequim, principalmente por serem silenciosos e disporem de maior autonomia, garantindo a sobrevivência e operação nessas áreas, inclusive, com custos operacionais reduzidos. Esses monitoramentos também ampliam a habilidade dessa força, pois eles podem se mover livremente sem serem detectados e apresentam mais espaço para manobrar.

O Estado chinês considera sua força submarina a principal força marítima de longo alcance. A expansão de seu comércio marítimo pode ser encarada como um elemento impulsionador da comutação de sua estratégia marítima nuclear emergente, com o emprego dos submarinos de propulsão nuclear na proteção das LCM, além de poderem vir a ser usados para atacar extensas rotas marítimas que abastecem um potencial inimigo.

Com o encerramento desse capítulo e com os aspectos abordados anteriormente, reunimos os elementos teóricos que nos permitiram compreender a importância das LCM para o Pacífico Asiático e a China, bem como a visão estratégica chinesa sobre sua proteção, além de apresentarmos a forma que esse país emprega os submarinos de propulsão nuclear em tal projeto. Também explicitamos previamente a teoria trazida pelo estrategista naval Julian S. Corbett, no que tange a salvaguarda dessas rotas. Mas qual é a aderência da estratégia de emprego dos submarinos de propulsão nuclear pela RPC ao pensamento estratégico de Julian S. Corbett, particularmente no que diz respeito à proteção das LCM? É o que veremos a seguir.

## 6 A ESTRATÉGIA E OS MEIOS: A CHINA E O PENSAMENTO DE CORBETT

Julian S. Corbett (1854-1922) viveu e desenvolveu sua obra durante os séculos XIX e XX, em um período histórico no qual os submarinos de propulsão nuclear ainda não haviam sido concebidos<sup>20</sup>. A partir da análise de sua teoria, foi possível identificar interpretações sobre o uso estratégico do mar para o fortalecimento do Estado, apesar das conjunturas tecnológicas distintas. Embora Corbett não tenha vislumbrado o impacto do submarino no âmbito da estratégia naval contemporânea, suas análises são pertinentes até a atualidade, tendo em vista que seu conceito de Comando do Mar permanece interessante para compreendermos esses fenômenos.

Dessa forma, quando explorarmos o emprego dos submarinos de propulsão nuclear pela RPC nos anos 2000, à luz do pensamento desse renomado autor, empreenderemos uma aproximação teórica, buscando similaridades das características dos meios por ele sugeridos, com as atuais capacidades dos submarinos de propulsão nuclear. Com essa ponderação realizada, prosseguiremos a análise.

Conforme debatemos anteriormente, Corbett conceituou que o objetivo da guerra naval é garantir o Comando do Mar ou impedir que o inimigo o detenha, sendo este Comando entendido como o controle das comunicações marítimas, tanto para fins militares quanto comerciais. Os Estados não disputam seu controle absoluto, uma vez que o mar não é suscetível de posse, e o único direito que tanto uma nação, quanto seu inimigo possuem sobre ele, é o de passagem. Com esta última prerrogativa negada ao adversário, o movimento de sua vida nacional no mar é interrompido e, conseqüentemente, sua sobrevivência em terra.

A partir desse momento, as finanças assumem um papel de destaque, passando a atuar juntamente às forças armadas em um conflito, com o potencial de conceder vitória ao poder fisicamente mais fraco. Assim, qualquer ação empreendida para prejudicar as condições econômicas do inimigo, contribui para sua derrota, e a forma mais eficaz a ser empregada para esse fim, é negar-lhe os recursos do comércio marítimo, por intermédio do controle das LCM.

Em uma guerra naval, o controle das rotas marítimas do inimigo e as operações de confisco que ela conota são operações primárias. Isso se deve ao fato de que a capacidade de

---

<sup>20</sup> O primeiro submarino de propulsão nuclear, o *USS Nautilus*, entrou em operação em 1955 (VIOLANTE, 2023, p. 145).

combate das forças armadas depende diretamente das condições financeiras do país e, portanto, preservá-las é uma prioridade fundamental. Portanto, Corbett trouxe um olhar sobre as LCM, destacando que o fluxo que passa por elas pode determinar a prosperidade ou a ruína de uma nação, urgindo sua proteção, fato esse que não passou despercebido por Pequim.

A China desponta, atualmente, como a segunda maior potência econômica mundial, revelando-se profundamente dependente de recursos básicos externos para a subsistência de seu povo, seu crescimento econômico e industrialização. Sua prosperidade está intrinsecamente vinculada ao comércio - e o transporte por via marítima é o meio mais indicado para o traslado de grandes volumes e cargas - e o efetivamente utilizado pelo Estado.

Com seu desenvolvimento acelerado, houve o incremento vertiginoso do seu tráfego marítimo, tornando-se cada vez mais relevantes as LCM e a segurança do transporte marítimo. Essa importância é notável diante de ameaças como a pirataria, bem como possíveis ações hostis de adversários em pontos de estrangulamento ao longo das principais rotas de transporte marítimo (Estreito de Malaca e Canal de Suez). Para países como a China, o comércio de longa distância é indispensável, e as LCM assumem uma perspectiva estratégica, também vindo a apoiar seus fins políticos.

Por conseguinte, seu pensamento estratégico também dialoga com essa necessidade de proteção das LCM. Em seu Livro Branco, foi definido que sua estratégia nacional possui como objetivo a revitalização econômica expressiva do país até o ano de 2049, com o intuito de expandir seu poderio, aperfeiçoar sua administração e reformular a ordem global para favorecer os interesses governamentais e nacionais. Em suma, seu propósito é econômico, e o pilar essencial, o comércio que corre pelas rotas marítimas, sem o qual, por exemplo, não adviria a energia proveniente de combustíveis fósseis, indispensáveis ao seu desenvolvimento, bem como o capital que sustenta o PCC no poder.

Sua estratégia militar e seu pensamento estratégico marítimo caminham juntos com a estratégia nacional. A primeira tem o fito de proteção dos interesses nacionais, por meio de execução de operações militares não bélicas em períodos paz, ocorrendo por meio de ações, tais como medidas de segurança adotadas na salvaguarda da integridade do pessoal, ativos e rotas marítimas estratégicas no exterior. Quanto ao segundo, o mesmo evoluiu para uma estratégia geral de defesa marítima, uma vez que o domínio de amplas extensões oceânicas é fundamental para o interesse nacional, ao proporcionar a obtenção de recursos significativos

para a modernização da frota naval e o reforço na crença da importância de um poder marítimo robusto para o país. Nesse sentido, a estratégia marítima tem como um dos objetivos proteger as LCM, buscando ampliar sua influência e presença na região da Ásia-Pacífico, sendo a escolta de comboios um dos meios utilizados pela Marinha Chinesa nessa empreitada.

A escolta de comboio inclui tarefas específicas de segurança marítima e a demonstração de habilidades de interferência e domínio em estreitos relevantes, envolvendo a realização de manobras militares conjuntas e a execução de operações de dissuasão marítima. Como as principais rotas de transporte marítimo chinesas são do Mar do Sul da China, tanto para o Oceano Índico e o Mar Vermelho, através do Estreito de Malaca, quanto para o Mediterrâneo e o Atlântico, pelo Canal de Suez, essas são as vias primárias para a realização de operações de escolta. Tais operações têm dentre seus objetivos, proteger a navegação contra ações de piratas, bem como, no futuro, impossibilitar que países em litígio com a China utilizem essas linhas como uma forma de ameaça, embaraçando o fluxo que por elas corre.

Conforme apresentado, fica claro que a estratégia chinesa possui aderência ao pensamento de Julian S. Corbett sob várias perspectivas. A primeira delas, diz respeito à importância das Linhas de Comunicação Marítimas, que por seu valor econômico, militar e estratégico, devem ser protegidas, segundo o autor.

A China depende do comércio que flui por suas LCM para sua prosperidade, segurança e perenidade de seu governo e sociedade, e essa importância se reflete na compreensão de que o controle e a proteção das LCM são fundamentais para esse fim. Sua estratégia militar traduz tal aspecto, bem como seu pensamento estratégico marítimo, por ter como intento o desenvolvimento de uma Marinha moderna de águas azuis para a defesa das rotas de acesso ao país e bases portuárias em expansão no exterior, garantindo o fluxo seguro do comércio e recursos.

Ademais, a escolta de comboio também retrata, de forma clara, a aderência da estratégia adotada pela China na proteção de suas rotas, com o pensamento Corbettiano de necessidade de controle das comunicações marítimas. Suas principais rotas de transporte marítimo constituem as vias primárias para a realização das operações de escolta, uma vez que este país ainda não é suficientemente forte para controlar todas as comunicações comuns, atuando localmente, conforme preconizado pelo autor inglês.

Agora examinemos a questão dos meios necessários ao exercício do controle, de acordo com Corbett. Ele argumenta que, se a guerra naval tem por objetivo o controle das comunicações marítimas, então a questão fundamental é a forma de exercê-lo, sendo necessários cruzadores especializados para este trabalho, e em número suficiente para cobrir a área marítima necessária. Devido a sua maior agilidade e capacidade de executar manobras, seriam destinados ao patrulhamento e à escolta.

Sabemos que as condições políticas e de segurança de uma nação definem as tarefas e equipamentos que serão destinados à sua Marinha de Guerra, e é imperativo uma combinação equilibrada de diferentes unidades, com os submarinos desempenhando um papel fundamental em uma esquadra no século XXI.

Os submarinos são embarcações que possuem como atributo diferenciador a capacidade de ocultação, além de conseguirem se deslocar por longas distâncias, combinando versatilidade, flexibilidade, discrição quando submersos, poder de fogo, capacidade de detecção de meios, além de poderem permanecer em atividade de forma independente e ininterrupta em locais afastados e amplos por um período de tempo duradouro. Por sua singularidade, são capazes de preencher tanto tarefas ofensivas quanto defensivas de uma estratégia de defesa nacional.

Conforme investigamos previamente, os submarinos são um meio estratégico que ampliam o poder naval de um país, principalmente os de propulsão nuclear. Os últimos dispõem de acesso quase ilimitado à energia que advém de seus reatores nucleares, possibilitando o desenvolvimento e manutenção de alta velocidade subaquática e força de autopropulsão, além de conservarem habilidade de submersão por tempo ilimitado, convertendo-se em plataformas ideais para operações de longa duração em áreas marítimas distantes, com capacidade de alcance e interceptação de navios mercantes e comboios.

A China louva seu programa de propulsão nuclear naval, e sua força submarina desempenha um papel fundamental em sua estratégia naval, consistindo na principal força marítima de longo alcance. O desenvolvimento de uma frota numerosa de submarinos, incluídos nucleares e convencionais, constitui um dos pilares de sua modernização. Devido à extensão ultramarina de seus interesses e avanço tecnológico, cada vez mais sua força naval vai ser colocada em missões submarinas mais complexas, levando às suas lideranças a apoiar a construção de um maior número de submarinos cada vez melhores.

Os submarinos nucleares podem ser empregados na proteção das LCM, em tempos de

paz, e em momentos de conflito, no ataque a extensas rotas marítimas que abastecem um inimigo, existindo grandes incentivos para que seus SSBN patrulhem em mar aberto, especialmente no Oceano Pacífico, o que de fato vem ocorrendo. Atualmente, Pequim está conduzindo patrulhas contínuas em águas azuis com apoio de seus seis SSBN. Isso ocorre devido à significativa redução nos custos operacionais, graças à utilização de submarinos de baixo ruído, que possuem capacidade de operar e sobreviver de maneira autônoma. Além disso, essas patrulhas em alto-mar ampliam esse último atributo nos submarinos chineses, permitindo sua movimentação livre e não detectada, ao mesmo tempo que proporcionam maior espaço para manobras.

Pelo exposto, fica latente a conexão dos meios empregados por Pequim no exercício do controle de suas Linhas de Comunicação Marítimas e os sugeridos por Corbett. O mesmo indicou os cruzadores, em seu tempo histórico, para o trabalho de controle das comunicações, em número suficiente para cobrir a área marítima necessária, em função de sua agilidade e capacidade de executar manobras, tarefa atualmente desempenhada pelos submarinos de propulsão nuclear chineses. Esses, por serem meios versáteis, flexíveis, capazes de manter alta velocidade subaquática e permanecer em atividade de forma independente e ininterrupta em locais afastados e amplos, por um período de tempo duradouro, guardam a essência do espectro de capacidades dos cruzadores, sugeridos por Corbett, para o controle das LCM. São os meios que Pequim tem utilizado em suas patrulhas em mar aberto, possuindo maior manobrabilidade.

Por fim, podemos concluir que o pensamento de Julian S. Corbett ainda hoje permeia a estratégia e política dos grandes poderes globais, sendo a China um dos exemplos abordados detidamente neste estudo. Restou comprovado que a visão estratégica chinesa na proteção de suas LCM, bem como o emprego dos submarinos de propulsão nuclear em tal intento, guarda aderência com a teoria deste renomado autor, sendo esta temática de grande relevância na contemporaneidade.

## 7 CONCLUSÃO

A pesquisa foi concebida com o propósito de confrontar tanto a visão estratégica chinesa no que concerne a proteção de suas Linhas de Comunicação Marítimas, quanto como esse país vislumbra o emprego dos submarinos de propulsão nuclear em tal empreitada, sob suporte teórico dos princípios de estratégia marítima ligados ao controle das rotas marítimas de Julian Stafford Corbett (1854-1922).

A dissertação foi iniciada com uma breve introdução, seguida por uma contextualização. Nos capítulos que se sucederam, tratamos da teoria de Corbett, da estratégia chinesa, do emprego dos submarinos de propulsão nuclear na proteção das LCM, e por último, realizamos o confronto, encerrando com essa conclusão, não menos importante.

Por meio da aplicação da metodologia comparativa entre a teoria e realidade, a aderência restou comprovada, em primeiro lugar, pelo fato de a China depender do comércio exterior e da navegação marítima contínua para sua sobrevivência e prosperidade, desenvolvendo uma estratégia marítima para defesa de seus interesses, tendo como um dos objetivos fundamentais, o controle de suas LCM mais relevantes. Esse aspecto está diretamente relacionado com a ideia de Comando do Mar de Corbett, entendido como o controle das comunicações marítimas, seja para fins militares ou comerciais.

Em segundo lugar, o programa de propulsão nuclear chinês e sua força submarina desempenham um papel determinante na atual estratégia naval de Pequim, sendo os submarinos nucleares os meios efetivamente empregados em patrulhas no oceano Pacífico, em mar aberto. Eles atuam no controle e proteção de suas LCM por possuírem inúmeras capacidades, tais como, agilidade e manobrabilidade. Segundo Corbett, seriam os atributos necessários para o exercício do controle do mar, e que os cruzadores, à sua época, conservavam.

Com base nos resultados desse estudo, entendemos que a posse de submarinos de propulsão nuclear é de grande importância para países que dependem significativamente do comércio marítimo internacional, incluindo o Brasil. As principais rotas comerciais constituem ativos de relevância estratégica que exigem proteção adequada, e os submarinos nucleares são os meios necessários para alcançar esse objetivo, especialmente em um mundo globalizado e cada vez mais interconectado.

A elevada velocidade desenvolvida, a flexibilidade, a furtividade, a manobrabilidade,

dentre outras capacidades, contribuem para que os submarinos de propulsão nuclear desponham como as embarcações mais apropriadas para o controle das LCM, uma vez que os submarinos convencionais não possuem os atributos que os permitiriam acompanhar a movimentação dos navios mercantes no oceano, como a manutenção de alta velocidade subaquática por um longo período de tempo e a execução de operações de duração prolongada em áreas marítimas distantes.

Outro aspecto notável é a capacidade de dissuasão desses meios, relacionada à incerteza e ao temor de uma retaliação. Os submarinos nucleares representam uma ameaça significativa contra possíveis adversários que cogitem empreender ações contra as rotas comerciais de um país, pois suas características os permitem operar de forma dissimulada e lançar ataques precisos e devastadores. Assim, podemos inferir que essa capacidade contribui para a estabilidade regional e global, evitando conflitos em potencial. Além disso, no que diz respeito especificamente a seu emprego por Pequim, diante da presença de potenciais ameaças a seu projeto na região, esse armamento é um instrumento político, de ação permanente, garantindo a projeção de poder em seu entorno estratégico, principalmente, com o propósito de reduzir a influência dos EUA no Mar do Sul da China.

Com as lições de Corbett e o exemplo da China trazidos por esse estudo, lançamos as sementes para comprovarmos, ainda que de forma sucinta, que o programa para o desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro (SN-BR) é crucial para o país que o Brasil almeja se tornar no futuro, e estimamos fomentar o debate para o aporte necessário de recursos para a conclusão desse programa e a efetiva operação desses meios, para que no amanhã possamos ter garantida a defesa da sociedade e soberania brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ANP. *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2022*. Rio de Janeiro: ANP, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/arquivos-anuario-estatistico-2022/anuario-2022.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; MOREIRA, Willian de Sousa. *Estudos marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas, 2019. 422 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa (END)*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_1.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf)>. Acesso em: 28 mai.2023.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook: China: people and society*. In: Central Intelligence Agency, Virgínia, 15 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/china/#people-and-society>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CHINA AEROSPACE STUDIES INSTITUTE. *In Their Own Words: Science of Military Strategy 2020*. Montgomery, 2022. Disponível em: <<https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/CASI/documents/Translations/2022-01-26%202020%20Science%20of%20Military%20Strategy.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Baltimore: Penguin Books Ltd, 1968. 461 p.

CORBETT, Julian Stafford Sir. *Some principles of maritime strategy*. New York: U.S. Naval Institute, 1988. 351 p.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010. 410 p.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *JOHN Arbuthnot Fisher: 1st Baron Fisher*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/John-Arbuthnot-Fisher-1st-Baron-Fisher>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle; LORD, Carnes. *CHINA GOES TO SEA: Maritime Transformation in Comparative Historical Perspective*. Maryland: Naval Institute Press, 2009. 485 p.

ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle J.; MURRAY, William S.; WILSON, Andrew R. (Ed.). *China's future nuclear submarine force*. Maryland: Naval Institute Press, 2007. 412 p.

GERMAN SUBMARINE CONSORTIUM. *Silent Fleet: The German Designed Submarine*. Hamburgo: YPS, 2007. 158p.

GOLDRICH, James; CLARKE, Peter. BARRETT, Tim. DAVIS, Malcolm. JENNINGS, Peter. Why Submarines?: Submarines: Your Questions Answered. In: JSTOR, Nova York: ano 2020, pp. 4-

19, 1 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/resrep26897.5?seq=9>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

GUOXING, Ji. *SLOC Security in the Asia Pacific*. In: *Center Occasional Paper*. Asia-Pacific Center for Security Studies: Honolulu, Hawaii fev. 2000. Disponível em: <<https://dkiapcss.edu/Publications/Ocasional%20Papers/OPSloc.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

HEZLET, Arthur. *The submarine and sea power*. New York; Boston: Stein and Day, 1967. 278 p.

MOFFAT, Ian C.D. Corbett: A Man Before his Time. In: *Journal of Military and Strategic Studies*, v. 4, n. 1, Winter 2000—Spring 2001, pp. 10-35, 20 out. 2009. Disponível em: <<https://jmss.org/article/view/57833/43506>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MONTEIRO, Nuno Sardinha. Sir Julian Stafford Corbett, o Clausewitz da Estratégia Marítima. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: v. 131, n. 10/12, p. 136-153, out./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/rmb/sites/www.marinha.mil.br.rmb/files/4-2011%20revista.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. From Panda to Dragon: An Analysis of China's Maritime Actions and Reactions in the East China Sea and Their Implications since 2012. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: v. 43, n. 1, p. 147-171, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430100007>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

REPUBLIC OF CHINA. The State Council Information Office. *China's national defense in the new era*. Beijing: People's Republic of China, 2019. Disponível em: <[http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content\\_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html](http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html)>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ROY, Mihir. The Sea-Lines of Communication: An Indian Ocean Perspective. In: *Papers in Australian Maritime Affairs*. Australia: v. 10, p. 85-96, out. 2002. Disponível em: <<https://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/PIAMA10.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RUCKS, Jessika Tessaro. Estreito de Ormuz: o acirramento da Competição Estratégica entre Estados Unidos e Irã (2003-2013). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RUCKS-Estreito-de-Ormuz\\_o\\_acirramento-da-Competi%C3%A7%C3%A3o-Estrat%C3%A9gica-entre-Estados-Unidos-e-Ir%C3%A3-2003-2013.pdf](https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RUCKS-Estreito-de-Ormuz_o_acirramento-da-Competi%C3%A7%C3%A3o-Estrat%C3%A9gica-entre-Estados-Unidos-e-Ir%C3%A3-2003-2013.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2023.

TILL, Geoffrey. *Estrategia marítima y la era nuclear*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1988. 318 p.

UNITED NATIONS. *Review of maritime transport 2022*. Geneva: United Nations, 2022. Disponível em: <<https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210021470/read>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Virginia: U.S Department of Defense, 2022. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2022/Nov/29/2003122279/-1/-1/1/2022-MILITARY-ANDSECURITY-DEVELOPMENTS-INVOLVING-THE-PEOPLES-REPUBLIC-OF-CHINA.PDF>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. *Submarino convencional com propulsão nuclear brasileiro no planejamento espacial marinho: análise e avaliação da implementação, 2012 a 2022*. 2023. 341 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

WARD, Daniel E. Going to War With China? Dust Off Corbett!: to win future battles in the Pacific, the Navy must let go of the concept of sea control and embrace a strategy of sea denial. *In: Proceedings*. Annapolis: v. 46, n. 1403, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2020/january/going-war-china-dust-corbett>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

WEDIN, Lars. *Estratégias marítimas no século XXI: a contribuição do Almirante Castex*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS. *CHINA Trade Indicators: 2020*. [S. l.]: WITS - World Integrated Trade Solution, 10 jan. 2020a. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/bbCountryProfile/en/Country/CHN/Year/2020>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS. *CHINA Trade: latest trade data available from various sources*. [S. l.]: WITS - World Integrated Trade Solution, 10 jan. 2020b. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/CHN>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS. *United States Trade: latest trade data available from various sources*. [S. l.]: WITS - World Integrated Trade Solution, 10 jan. 2020c. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/USA>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ZHAO, Tong. *TIDES OF CHANGE: China's nuclear ballistic missile submarines and strategic stability*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2018. 120p. Disponível em: <[https://carnegieendowment.org/files/Zhao\\_SSBN\\_final.pdf](https://carnegieendowment.org/files/Zhao_SSBN_final.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2023.